

CONFERÊNCIA

O Papel dos Museus Antropológicos no Brasil¹

DENISE HAMÚ DE LA PENHA

Introdução

O maior desafio contemporâneo dos museus de história natural e antropologia é o de atrair e transmutar seus visitantes de um estado de curiosidade passiva, para um estado de engajamento ativo com as coleções, as exposições, bem como com seus guias e monitores. Permitir ao visitante ver pela primeira vez o que lhe deveria ser inteiramente familiar, deve estar, lado a lado, com o satisfazer suas necessidades de encontrar celebridades exóticas nas coleções - Qual o ecossistema de uma casa? Como é a vida em uma favela? Como a natureza se adapta à ocupação urbana? Como se sobrevive sob os viadutos, às margens de rios esquecidos, ou simplesmente em comunidades esporádicas como as dos garimpos?

Ironicamente, os visitantes conhecem mais sobre os “pele-vermelha” que sobre os Waimiri-Atroari e Urubu-Kaapor. Chamam uma onça de tigre e ignoram a diferença entre crocodilos africanos e jacarés do Pantanal. Deslizando pelas exposições a meio quilômetro por minuto, para a maioria dos visitantes seu meio-ambiente próximo é uma anônima mancha de verde ou na maioria dos casos, cinza concreto. Os meios de comunicação, especialmente a TV, o turismo e as redes de computadores alteraram o nosso mundo e a própria maneira de como o percebemos. O exótico tornou-se próximo e familiar e o familiar, distante e exótico. Quantos poderão identificar até mesmo as árvores mais comuns, o “mato” rasteiro, insetos e pássaros no meio em que habitam? Infelizmente, os visitantes possuem pouco ou nenhum contato tangível com a compreensão do ecossistema onde vivem e do qual dependem. Em minha experiência, visitantes externos à Amazônia dominam mais informações sobre a região que os locais. Exceto pelos Kayapó e Ianomami que entraram nas casas de milhões, via *midia*, nem sempre responsável, estes últimos são incapazes de citar qualquer outro grupo indígena amazônico. Pior, em sua concepção, todas as peças expostas em museus pertencem a grupos extintos.

Em um mundo em degradação, os museus antropológicos, os museus de história natural e os museus de ciências em geral não mais podem dar-se ao luxo de manterem-se como instituições eruditas passivas, curiosas de como o mundo funciona. Pelo contrário, devem tornar-se instituições engajadas, comprometidas com a necessidade de sobrevivência global. Não mais nos vemos como mestres da ordem natural das coisas, mas como participantes de um sistema ecológico conexo e interdependente horizontalmente, sobre o qual se superpõe um sistema cultural pluralístico. A vulnerabilidade de

¹ Palestra proferida no Simpósio Internacional “O Processo de Comunicação nos Museus de Arqueologia e Etnologia”, na Universidade de São Paulo, de 4 a 8 de Outubro de 1993.

ambos desencadeou a urgência no interesse pela natureza. No século XXI os museus e as ciências ambientais não objetivarão curiosidades ecológicas; suas prioridades serão a sobrevivência ecológica e, dentro dessa, a sua própria. (cf. Sullivan [1990]).

II. Organização dos Museus

Há tempos anotei uma citação e seu respectivo autor, feita num manuscrito de Sullivan [1990] sem a fonte documental. Isso não impede que reflitamos sobre o que escreveu Jan Finlay sobre o desafio apresentado aos museus:

“Não importa quão rica seja uma coleção, ela terá de ser re-interpretada para uma nova geração e, aqui, não me refiro a jatos de areia na fachada do prédio ou a uma nova decoração das galerias. É vital rever profundamente as finalidades da instituição, as atitudes e necessidades da comunidade, os métodos pelos quais a brecha entre ambas possa ser ultrapassada. A imaginação, o entusiasmo e a compreensão: todos têm um papel a desempenhar em agitar de novo o fermento da criatividade que faz a maioria de nossos museus crescer”.

A afirmação é evidentemente correta. Alguns a classificariam como otimista e, em contraposição, citariam Voltaire: “os objetivos são nobres, os meios um pouco difíceis”. Prefiro interpretá-la sob a vertente realista. Muda-se o que se pode, salva-se o possível, atinge-se quem está ao alcance.

Revisões e reflexões devem ancorar-se à história dos modelos inspiradores de museus no mundo e especialmente no Brasil. Vamos revê-la brevemente.

Como herdeiros do hábito de colecionar, os museus estiveram sempre atrelados às classes dominantes. Assim é que, por deleite ou simples curiosidade, criaram famosos *chambres de merveilles*, jardins reais, galerias, *menageries*, etc.

Esses gabinetes de curiosidades constituíam-se em verdadeiros tributos visuais à variedade e plenitude da arte e da natureza, em favor do singular e do anômalo. Nesse período do Renascimento, diversos fatores convergiram para o encorajamento da atividade de colecionar. Um grande número de ciências, particularmente as ditas de história natural, encontravam-se no estágio inicial, predominando a formação de coleções. Foi o estágio da simples coleta, da observação empírica, da descrição e classificação. Novas espécies e novos espécimes eram os mais louvados e desejados. Ademais, havia a curiosidade acerca das maravilhas encontradas nas viagens ao Oriente e à América.

No século XVIII, iniciam-se as primeiras expedições de caráter científico, objetivando coletar materiais e dados de interesse potencial e corrente à ciência. O entusiasmo era grande e a energia proporcional. Os resultados eram, ao contrário, demasiadamente pequenos. Sem um objetivo preciso e com problemas para a conservação das coletas, ademais das doenças, a curiosidade universal era mais rapidamente satisfeita do que as necessidades da ciência. Gregor [1985] chega a afirmar que duvida que essas coleções aprofundaram a “nova filosofia” - antes, essas coleções vinculam-se à popularização e não ao avanço do próprio conhecimento científico.

De qualquer maneira, as coleções floresceram e serviram de alicerce sobre os quais os museus de história natural foram erguidos. Cria-se o Ashmolean Museum em Oxford (1683) e estrutura-se o Museu Nacional de História Natural da França, oriundo do Jardim das Plantas do Rei estabelecido em 1640.

Sob as luzes do Iluminismo, sucedem-se a criação do Museu Britânico (1753) e do Museu do Louvre (1793). A história natural consolida-se como ciência, muito embora continuasse a classificar a antropologia e etnografia como sub áreas da geografia. Kirshenblatt-Gimblett [1992:404] aponta em seu artigo *Objects of Eyhnography* que

“A localização no globo terrestre e sua relação com os espécimes, a topografia, o clima e a flora e fauna local ofereciam um princípio alternativo para a montagem de exposições sobre animais e povos”.

A autora indica, ainda, que povos “exóticos” sempre foram expostos como raridades, mas como raridades vivas, desde 1501, quando esquimós foram expostos em Bristol. Possivelmente Cabral fez o mesmo em Lisboa com nossos indígenas. Curiosamente, relata também que, aproximadamente em 1550, povos nativos brasileiros construíram uma aldeia em Rouen que foi queimada e posta abaixo por soldados franceses, agradando tanto ao Rei que teve de ser “re-encenada” no dia seguinte [idem:402].

No Brasil, a Casa dos Pássaros deu lugar ao Museu Nacional em 1818, criado por D. João VI no Rio de Janeiro, marcando o início dos museus no país.

Uma atividade museológica febril pulsava na Europa e América. Segundo Berta Ribeiro [1989], de 1846 a 1895 apenas nessas áreas geográficas foram estabelecidos 11 grandes museus - dentre outros a Smithsonian Institution e o Field Museum of Natural History, sendo a maioria de caráter etnográfico. Tal fato decorre, ainda segundo a autora, “devido à má consciência de uma elite euro-americana que, para redimir-se, promove estudos etnológicos acelerados pela premissa da urgência e incrementados pela noção de história, implícita nos objetos tradicionais que recolhe aos museus” [idem:117].

É nesse período que reeditam-se as práticas de colecionamento extensivo. Coletava-se de tudo e em demasia. Nos EUA, a Smithsonian Institution chegou a criar um “sistema nacional de correspondentes-cientistas”, de onde saíam os primeiros profissionais etnólogos norte-americanos.

A mesma onda colecionista era obedecida pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, criado em 1866 no Pará, indo além. Por decreto do governador na década de 50, os municípios eram obrigados a enriquecer as coleções do Goeldi pela via de espécimes vivos ou não. Em São Paulo, o Museu Paulista foi criado por sobre a coleção pertencente ao Coronel da Guarda Nacional, Joaquim Sertório. Von Ihering, em 1894, ao inaugurar o Museu e fixando-lhe diretrizes, alertou que na ausência de instituições de pesquisa e ensino superior, o Museu deveria preencher essa lacuna. De fato, a afiliação com a USP só veio a ocorrer frouxamente em 1934 e sua integração definitiva data de 1963.

A medida que os arqueólogos e etnólogos tornavam-se mais acadêmicos e associavam-se às recém estabelecidas universidades, observamos o início do esvaziamento dos museus e o conseqüente desprestígio das coleções científicas. Essa guinada para as universidades ocorreu acompanhada por mudanças teóricas, resultando na abertura de novas áreas de estudo, muitas vezes com maior visibilidade e *status* científico.

Nos últimos anos, contudo, o interesse pela manutenção de coleções científicas e pelos museus cresceu significativamente. No caso específico dos museus de história natural e dos inúmeros museus antropológicos vinculados às universidades brasileiras, esse fenômeno pode ser caracterizado concretamente, exceto possivelmente no Museu Nacional da UFRJ. As ameaças cotidianas às espécies sem ao menos haverem sido estudadas, o desequilíbrio e destruição de ecossistemas afetando estudos de bio e sócio-diversidade e de pré-história e o desaparecimento de culturas, entre outros, constituem-se indicadores incontestes.

III. Depósito ou coleções científicas?

O reconhecimento da importância das coleções científicas advém, também, da crescente demanda imposta aos museus pela comunidade leiga em geral, obrigando-os a assumir ativamente um papel social, retornando ao público o resultado de pesquisas e indicando, embora de maneira tênue, que a preservação desse acervo constitui responsabilidade legal e ética dos museus.

Conseqüentemente, diversos museus vêm incrementando o desenvolvimento de suas atividades, expandindo o uso das coleções para a pesquisa, a educação formal, informal e não formal, exposições de curta duração e itinerantes, intercâmbio de objetos com instituições, aumentando sua visibilidade e relevância, ao mesmo tempo que os colocando sob risco de deterioração ou mesmo de perda total.

Provavelmente, nenhum museu de ciências no Brasil possui condições de manutenção de coleções científicas que se assemelhe às de padrão médio dos países desenvolvidos - a improvisação permeia muitas vezes a conservação dos acervos.

Sem me deter na infra-estrutura física caracterizada pela inadequabilidade das reservas técnicas dessas coleções, carência de controle e conservação, prefiro abordar o problema da metodologia, da inteligência por trás do processo de aquisição, documentação, gerenciamento e uso amplo do que possuímos em nossas repositórios. Lamento o uso da palavra, mas ela não se distancia muito da realidade. Na maioria dos museus, as coleções ocupam o espaço mais recôndito, aquele que ninguém quer, dado às suas péssimas condições de conforto ambiental. São tão esquecidas que um famoso arquiteto, ao projetar um museu-monumento em Brasília que ainda não se concretizou, não previu um espaço para elas.

Iniciamos pelo fato de que, no Brasil, normalmente as tarefas de pesquisa, curadoria e conservação em geral, recaem sobre um mesmo indivíduo, o pesquisador. Há também casos onde as duas últimas atividades são relegadas a pouco mais que simples arrumadeiras ou se tornam posições dignas alocadas àqueles que não conseguiram exercer, com competência, atividades de pesquisa. Em resumo, valorizamos coleções, porém atribuímos sua responsabilidade a posições institucionais de segunda ou terceira classe. Ignoramos que coleções são um setor próprio do conhecimento com metodologias científica, técnica e administrativa peculiares a cada tipo de coleção e que, tanto na Inglaterra como nos EUA, Itália e Alemanha, geram literatura própria seja em periódicos, textos ou manuais.

Ignora-se toda uma indústria altamente especializada no fabrico de “hardware” ou infra-estrutura específicas, de papéis a filmes, de caixas a mobiliários adequados, de fungicidas a luvas. Infelizmente, o custo dessa especialização é alto.

Porém toda essa parafernália não faz sentido sem dois componentes básicos:

1. recursos humanos qualificados e
2. um programa de gerenciamento global de coleções.

Começamos pelo que entendo do segundo item. Na falta de padrões nacionais, é necessário o estabelecimento institucional de uma **política** de gerenciamento das coleções científicas - um documento que defina os objetivos de cada museu em relação às suas coleções e expresse claramente como esses objetivos serão alcançados. No mínimo um documento que aborde, entre outros aspectos, o seguinte:

- a. A missão e a descrição das coleções, sejam elas científicas, de estudo ou as usadas na difusão científica e em programas educacionais.
- b. Os processos de aquisição (coleta, permuta, compra, doação, etc.), detalhando inclusive as prioridades e estratégias institucionais para o crescimento das coleções.

- c. Os métodos de alienação e baixa de objetos. Infelizmente, os museus brasileiros continuam a reter artefatos e objetos irremediavelmente desestabilizados ou sem utilidade à pesquisa. Inúmeros são os objetos desprovidos de origem e não são poucas as coleções que nada têm a ver com a missão do museu que as detém. Raciocinar em termos de quantidade, em lugar de qualidade, ainda é uma herança persistente dos gabinetes de curiosidades.
- d. A prática dos empréstimos e suas garantias - seguros, normas de remessa, termos de responsabilidade e afins. Emprresta-se ainda, institucionalmente, sob condições inaceitáveis até mesmo para empréstimos privados entre pessoas físicas. Nessa área, interferências políticas e diplomáticas são desastrosas, exatamente pela carência de barreiras normativas formais. Recentemente o Museu Goeldi sofreu esse tipo de desgaste, quando da Expo Sevilla 92 e queda do governo Collor - não fosse o interesse do Museu, o profissionalismo espanhol e o empenho pessoal de diplomatas amigos, cerca de 600 peças etnográficas únicas e excepcionais haveriam sido perdidas.
- e. Os sistemas utilizados para documentação e informatização das coleções. A importância de um sistema e terminologia de compatibilidade universal é fundamental. Sistemas gerados domesticamente são não só ineficientes como herméticos à comunidade científica ampla. Cadeias de lojas em rede de franquia possuem melhor gerenciamento de seus produtos/modelos em estoque que nossos museus. Aqui não há como fugir à especialização e à consultoria competente. Em correlação com esse tópico, há que definir-se formulários e fichas diversas compatíveis com a dinâmica das coleções. Toda essa tarefa seria, num país depauperado, típica de uma ação centralizada de normas técnicas, onde profissionais pudessem atuar como uma “task force” junto ao CNPq/MCT e MinC.
- f. Os procedimentos para a conservação dos diversos tipos de acervos nas reservas técnicas e em exposição pública. Monitoramento de condições climáticas, limpeza, combate a agentes naturais e pragas. De novo a improvisação reina nesta área. Em seus campos de pesquisa, cientistas aceitam apenas o diálogo científico. Entretanto, na conservação de acervo vigora a “história oral”, a “receita caseira” e a improvisação. Qual museu possui um químico em residência, um especialista em materiais ou um engenheiro de manutenção de condições ambientais que saiba balancear temperatura e umidade? São áreas onde até a consultoria nacional é carente.
- g. A segurança, incluindo a física e a material ou financeira. Museus brasileiros são extremamente vulneráveis, com exceção de dois ou três de arte, cujos objetos são de liquidez financeira imediata. O despreparo se inicia na fragilidade dos suportes museográficos, continua pela ausência de equipamento de monitoramento, agrava-se com o despreparo dos agentes de vigilância e culmina com o desinteresse ou aversão pelas coleções científicas de parte das seguradoras, que combinam o pior de dois mundos: taxas exorbitantes dado à falta de segurança mencionada e prêmios ultrajantes para as peças que consideramos as mais nobres.
- h. A política de acesso às coleções.

Democraticamente, damos em geral acesso às coleções a todos os pesquisadores, tenham eles ou não um projeto de pesquisa bem definido. Alguns retêm espécimens e até livros raros ao longo de toda a sua vida na instituição. A visitantes detentores de efêmeras posições de proeminência revelamos nosso tesouro mais precioso. A visita de leigos em recintos de coleções tem de cessar, não importa seja ela motivada por excesso de gentilezas, seja pela esperança de que o visitante ajude na obtenção de recursos financeiros.

Doadores não visitam, enviam sua doação. Agências financiadoras baseiam-se em projetos sólidos. Definir precisamente a “clientela” de uma coleção é um fator importantíssimo na sua conservação, preservação e segurança.

i. A preservação das coleções.

Essa é a função mais importante de todas, invertida na ordem, exatamente por depender os itens a h anteriores. Chegar até a ela é uma tarefa árdua e de longo prazo.

Sobre alguns desses tópicos há uma bibliografia já arrolada em grande parte em Spiess [1989], em Navarro-Siguenza & Ilorente-Bousquets [1991] e Malero [1985].

IV. Novos paradigmas interpretativos

A época é por demais delicada para a antropologia em museus. Até mesmo a autoridade para manter ou reter coleções está sendo questionada e interpretá-las é ainda outra história. Os povos nativos em todo o mundo estão buscando o controle sobre como contar suas próprias evoluções culturais. Buscam o poder, o bem-estar cultural e a auto-estima que advém de serem guardiães, administradores e zeladores de sua própria herança.

No auge desse movimento nos EUA em 1988, elaborei minha tese de mestrado no interior do olho desse furacão, que então pressionava o Capitólio e ameaçava a Smithsonian. No Brasil, o único caso disponível, então, para estudo, era o da machadilha *Kyire* do Museu Paulista. Considerando a usual diferença temporal de fuso das atenções entre o primeiro e o terceiro mundos, o assunto deve estar por chegar ao Brasil.

Da física à etnologia, o mito romântico da “objetividade” científica rompeu-se. Todas as vistas são na verdade simples pontos de vista, contingentes, contextuais, agregados de vieses, subjetivos. No mundo contemporâneo da política cultural, o relativismo cultural e o humanismo progressivo da antropologia estendeu-se à sua conclusão lógica, isto é, que a visão mundial ocidental científica é tão somente uma maneira de conhecer e codificar o mundo, não mais valiosa ou precisa, não menos ideológica ou impregnada de viés cultural, que qualquer outra.

Ainda hoje as exposições etnológicas insistem em escolher um momento que, aliás, não é padronizado universalmente. Contudo, por definição é aquele de quando a cultura era “tradicional”, pura, não-contatada e por extensão, um momento quando a cultura era valorizada, interessante, “autêntica”. Por coincidência - e para valorizar a coleção - esse momento histórico é estrategicamente delimitado apenas a um pequeno intervalo anterior à época da coleta daquela particular coleção. Já nas exposições arqueológicas, raramente transparece, por exemplo, o universo científico do arqueólogo e a maneira pela qual obteve-se determinada datação e sob quais condições.

O mito da autenticidade cultural deve dar lugar a uma nova antropologia nos museus, baseada nos conceitos de equidade cultural, de respeito, de compreensão e orgulho seja em museus locais, regionais ou nacionais. Todas as culturas devem ser representadas equitativamente. O mito de que culturas evoluem do simples para o complexo, do primitivo para o avançado deve ser superado.

As mostras atuais, mesmo que o neguemos a nível objetivo, subjetivamente dão ao visitante a impressão de tentarem validar a relativa superioridade da sociedade científico-tecnológica contemporânea sobre as culturas tradicionais. O tom das próprias legendas é o de uma sentença de julgamento, autoritária e fraseada em termos do “nós” interpretando “eles”.

Fiel à predisposição de focar realisticamente as dificuldades das exposições antropológicas, temos aqui uma proposição simples: *voltar a re-interpretar o exposto* e re-elaborar novos textos e/ou legendas, ou pelo menos informar ao visitante sobre a existência do problema e seus dilemas. Sair da retórica já é um passo à frente.

Os visitantes devem sair de um museu conscientes de que eles também são portadores de cultura e que nesse papel são mais semelhantes que distintos dos “outros”. O exótico deve ressoar tão somente como não-familiar, pois tanto quanto os que viram retratados, possuem eles próprios seus rituais, sua herança, seus fetiches, sua arte, sua tradição, sua tecnologia.

Se acreditarmos que os humanos são parte integrante do sistema ecológico, então a diversidade cultural e a diversidade biológica são conceitos inseparáveis. As interpretações das espécies humanas devem incluir as origens biológicas, evolução e diversidade, a história arqueológica e desenvolvimento das primeiras culturas, bem como o espectro das alternativas culturais que evidenciam os diversos relacionamentos das culturas vivas ao ambiente. É, assim, inevitável que se incluam as culturas contemporâneas. O foco para ser consistentemente ecológico deveria incluir não apenas o pragmático como comumente é feito. Refiro-me não só ao sócio-econômico-tecnológico, como também às relações ecológicas mais profundas como a espiritual, a estética, a mítica, a psíquica e a ideológica.

Em resumo, exposições antropológicas não podem se abster de ter como princípios óbvios aqueles que sumariamente são arrolados por Sullivan [1990]:

.Que todos humanos são partícipes e não mestres do ambiente, que somos nós todos parte de um ecossistema interconexo e interdependente.

.Que as alternativas culturais são apenas isso - podem ser comparadas, mas não hierarquizadas.

.Que todos os humanos são portadores de cultura com suas respectivas herança, tradições e rituais.

.Que há muitas maneiras igualmente válidas de conhecer e explicar o mundo; o caso da ciência ocidental contemporânea é apenas uma delas e ela se encontra em constante desenvolvimento.

.Que culturas são dinâmicas, conjuntos vivos em constante processo de mudança, não necessariamente de “evolução”.

.Qualquer museu que seleciona um momento específico nesse processo deve fazê-lo contextualizado num momentum, caso contrário é o mesmo que a foto instantânea de uma flecha no ar - sem origem, sem meta.

.Que já emergiu uma nova museologia que não mais aceita o museu afônico e anônimo. Reconhece, isso sim, fontes e vozes múltiplas, vigorosas e inseridas na sociedade global.

.Que há necessidade de uma multi-disciplinaridade efetiva, integrada para a compreensão das culturas humanas como partes interdependentes, interconexas da ordem natural e não como organismos separados sob uma ótica microscópica.

.Que a era do paternalismo científico deve cessar. Igualmente a retórica, a polêmica e o viés político na interpretação dos fatos. Novos e mais balanceados enfoques de interpretação são necessários para sobrepujar essa derrubada de muros. Afinal a interpretação é fruto de uma certa autoridade que deve ser assumida, caso contrário teremos o caos interpretativo.

Um artigo excelente a esse respeito é autorado por Elaine Gurian [1991].

V. Da teoria à prática - o caso do Museu Goeldi

Talvez eu tenha sido aqui convidada pela experiência em passado recente, como coordenadora das atividades museológicas no Museu Goeldi nos sete últimos anos. Durou o suficiente para gerar resultados satisfatórios e para seguir a regra geral brasileira de descontinuidade perene.

Assim, tão somente para assegurá-los de que o que disse antes é parte de minha prática museológica, farei um breve relato de três projetos que insinuam um uso mesmo que incipiente dos princípios aqui expostos, na busca de uma interpretação cultural mais próxima da realidade da comunidade em que se insere o Museu Goeldi.

Antes, porém, permitam-me contextualizá-los a nível institucional, pois tenho a certeza que muitos de vocês se identificarão comigo.

Reconhecido nacional e internacionalmente por suas coleções científicas, bem como pela qualidade de suas investigações ao longo de décadas, até pouco mais de sete anos, o Museu Goeldi vinha mantendo atividades de difusão científica assistemáticas e esporádicas. Recebia, contudo, cerca de 500 mil visitantes/ano - equivalente a um terço da população da grande Belém, o bastante para se acreditar que o Museu desempenhava satisfatoriamente seu papel social. No entanto, a partir de 1986, o Museu Goeldi cria o Departamento de Museologia, institucionalizando o comprometimento com a missão integral do Museu e estabelecendo a ponte de ligação entre o Museu e a comunidade.

A tarefa de implantação de um Departamento com objetivos tão abrangentes constituiu um árduo exercício de aprendizagem na transposição de obstáculos. Recursos humanos qualificados em museologia são escassos e muitas vezes inexistentes na região. A falta de conhecimento das funções inerentes aos museus constituía, também, uma grande barreira a transpor. Como buscar um sentido mais amplo e inovador às atividades do Museu, se ações museológicas de rotina eram desconhecidas? Como desenvolver métodos complementares e alternativos ao ensino se a grande maioria da equipe era egressa de cursos onde a educação formal havia sido e continua a ser deficiente? Como convencer os pesquisadores que mostras científicas podem ser atraentes e melhor compreendidas se baseadas em práticas interpretativas que não comprometem o conteúdo transmitido? Como desempenhar um papel social, se a comunidade não era conhecida sistematicamente? Como desmontar, ou no mínimo, penetrar a “torre de marfim” da pesquisa acadêmica descomprometida?

Vamos agora aos relatos.

A. Projeto “O Museu Goeldi leva a Ciência à Periferia”

Este projeto foi o resultado mais evidente da preocupação do Museu Goeldi com a comunidade que o circunda. Possuindo um Campus de Pesquisas na periferia, localizado em frente ao maior bairro de baixa renda da cidade - o bairro da Terra Firme (na verdade um alagado) - o Museu considera prioritário o trabalho com essa clientela.

“...vocês mantêm plantas secas e animais mortos em salas com ar condicionado todo o ano. Aqui, nossos filhos morrem de fome e diarréia!”

Como é que você responde a isso, ouvido em 1986, quando no Brasil ainda existiam os pobres e hoje miseráveis? Reconhecendo a dificuldade de um trabalho comunitário e contando com uma pequena, mas eficiente, equipe optamos por concentrar nossas ações em quatro centros comunitários que agregam cerca de 60.000 pessoas.

Em uma relação tensa, lenta, difícil mas gradual, nem sempre o Museu logrou mostrar àquela comunidade que não estava ali para prestar-lhe ajuda material e tampouco auxílio financeiro. No entanto, reforçamos a nossa ação sem nunca perder de vista o objetivo maior de nossa presença na área - levar a educação em ciências. Identificamos as necessidades básicas da comunidade, discutimos temas relevantes ao grupo e desenvolvemos por 6 anos esse projeto através de: orientação na implantação e manejo de hortas comunitárias; promoção de ciclos de palestras de difusão científica; promoção de

cursos práticos de uso e aplicação de plantas alimentares e medicinais; orientação pedagógica aos professores leigos da área; promoção de cursos práticos para produção artesanal; participação prioritária de crianças em faixa escolar nos clubes de ciências oferecidos pelo nosso Serviço de Educação e assessoria técnica para a implantação da primeira biblioteca na área, entre outras atividades.

B. Projeto “O Museu vai à Praia”

Desenvolvido no mês de julho (alto verão amazônico), nos últimos 5 anos, compreende geralmente 10 kits sobre temas que vêm sendo objeto de estudos por parte dos pesquisadores do Goeldi e referem-se a fenômenos associados ao meio ambiente e ao homem da região. Vem acompanhado, também, por um tablóide, contendo textos produzidos pelos respectivos pesquisadores. É um sucesso absoluto de público, tanto nas inúmeras praias de rio e de mar que recebem o projeto, quanto nas atividades similares quando o “Museu vai à Escola” e o “Museu vai à Praça”.

C. Exposição “Ciência Kayapó: alternativas contra a destruição”

Produto de longo projeto de pesquisa etnobiológica coordenado pelo Dr. Darrell Posey na comunidade de Gorotire, às margens do Rio Fresco no Sul do Pará, a exposição contou com duas versões.

A primeira foi montada em Belém, no próprio Museu Goeldi, em 1987 e foi inteiramente concebida com a assessoria da comunidade Kayapó, seja através da discussão do projeto na própria aldeia, seja contando com consultores nativos permanentes da exposição. Um casal de Kayapó e seus filhos juntaram-se à nossa equipe por quatro meses auxiliando-nos na concepção da exposição que objetivou repassar ao público a riqueza dos conhecimentos desse grupo, acumulados ao longo de séculos.

Em razão do diálogo franco estabelecido com a comunidade indígena, a inauguração contou com a presença de cerca de 100 índios Kayapó e durante sua exibição pública foi visitada por diversas comunidades indígenas. No seu encerramento, organizou-se um Festival educativo, onde os Kayapó tiveram participação ativa como monitores de atividades.

A última versão foi apresentada no Paço Imperial, no Rio de Janeiro, por ocasião da Rio-92. Ampliada e atualizada, a exposição contou com a presença de 12 Kayapó, que durante 2 semanas desenvolveram atividades educativas com o público visitante em conjunto com a nossa equipe de educadores. Detalhes serão melhor observados visualmente através de slides.

VI. Conclusão

Talvez esperem de mim uma receita de como deva ser desempenhado o novo papel dos museus antropológicos. Enquanto aprendiz e profissional da área, deixem primeiro abrandar minhas posições a esse respeito. Não os vejo num impasse. A maioria dos museus antropológicos estão simplesmente defasados, talvez não por falta de idéias ou vozes, mas por uma carência inata de que o Brasil se interesse por sua própria cultura e a ela aloque recursos humanos e financeiros compatíveis. Sobre isso não elaborarei mais para não cair no lugar comum de todas as reuniões científicas. Ademais, existem alguns museus que vêm realizando trabalhos na linha proposta, com visões inovadoras e centradas no seu referencial cultural, para não citar projetos que jamais puderam sair do papel.

Vejo, idealmente, novos tempos para nossos museus. Exposições integrando artefatos a novas idéias; sentimentos expostos; espaços que se possam visitar, cheirar, sentir, tocar; museus totais inseridos nas suas comunidades; visitantes participes. Nesses museus deixaria, ainda, que algumas coisas permanecessem misteriosas, poéticas, inexplicadas variando o ritmo da experiência do seu público.

Como disse o poeta Thiago de Melo:

*“Mais que viver, o que importa
é trabalhar na mudança
do que é preciso mudar:
cada um na sua vez,
cada qual no seu lugar”*

Agradecimentos

Por revisões e sugestões extremamente úteis ao aprimoramento do manuscrito original, sou grata às Dras. Berta Ribeiro (MN/UFRJ) e Adélia E. de Oliveira (MPEG/CNPq) e ao Dr. Guilherme M. de La Penha (AEB/PR).

Referências

- [1979] ALEXANDER, E. *Museums in Motion*. Nashville, American Association for State and Local History, 308 p.
- [1985] GREGOR, A.M. The Cabinet of Curiosity in Seventeenth-Century Britain: In: IMPEY, O. & GREGOR, A.M. (eds.). *The Origins of Museums: the cabinet of curiosities in sixteenth and seventeenth century Europe*. Oxford, Oxford University Press, p. 147-158.
- MALARO, M.C. *A Legal Primer on Managing Museum Collections*. Washington, Smithsonian Institution Press. 351 p.
- [1987] RIBEIRO, B.G. Museu do Índio, Brasília. *Caderno Rio-Arte*. Rio de Janeiro, 3(7): 84-95.
- [1989] GALLOIS, D.T. O acervo etnográfico como centro de comunicação intercultural. *Ciênc. Mus.* 1(2): 137-142.
- RIBEIRO, B.G. Museu e Memória: reflexões sobre o colecionamento. *Ciênc. Mus.*, 1(2): 109-122.
- SPIESS II, P.D. Os Museus e sua Operação. Uma Bibliografia Basica. *Ciênc. Mus.*, 1(1): 65-90.
- [1990] SULLIVAN, R. The Unity of All Creation - Smithsonian Institution. Notas de 29/06/90, não publicadas.
- [1991] GURJAN, E.H. Noodling Around with exhibition opportunities: In: KARP, I. & LAVINE, S. D. (Eds.). *Exhibiting Cultures. The Poetics and Politics of Museum Display*. Washington, Smithsonian Institution Press, p.176-190.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. Objects of Ethnography. In: KARP, I. & LAVINE, S. D. (Eds.). *Exhibiting Cultures. The Poetics and Politics of Museum Display*. Washington, Smithsonian Institution Press. p.386-443.

NAVARRO-SIGUENZA, A.G. & LLORENTE-BOUSQUETS, J. E. Museos; colecciones biológicas y la conservación de la biodiversidad: una perspectiva para México. *Ciênc. Mus.*, 3: 27-49.

[1992] AMES, M.M. *Cannibal tours and glass boxes. The Anthropology of Museums.* Vancouver, VBC Press, 212 p.

DURAM, J. (ed.). *Museums and the public understanding of science.* London, Anthony rowe, 109 p.

[1993] GALLA, A. Issues for museums in post-colonial societies. *Occ. Pap. (1)*. may.